

MEMÓRIA E ARQUIVO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: A ANISTIA EM REVISTA

*(Memory and archive in the journalistic discourse: the
amnesty in the magazine)*

Francis Lampoglia¹

Lucília Maria Sousa Romão²

(Universidade Federal de São Carlos – UFSCar)

ABSTRACT

This article studies the discursive operation of layers of newspapers and bulletins published between 1978 and 1979, marking the movements of senses built in the plot of the media in relation to the axis thematic amnesty, in the final period of the military dictatorship. Mobilizing the notions memory and archive centrally in the ambit of the Analysis of the Discourse of French head office, we tried to investigate as the senses they are not fixed, but susceptible to displacements and re-enroll yourself in way plural always defined by the partner-historical production conditions.

Keywords: *Analysis of the Discourse; memory; archive; military dictatorship.*

RESUMO

Este artigo estuda o funcionamento discursivo de capas de jornais e boletins publicadas entre 1978 e 1979, marcando os movimentos de sentidos construídos na trama midiática em relação ao eixo temático anistia, no período final da ditadura militar. Mobilizando centralmente as noções

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS / UFSCar). Bacharel em Ciências da Informação e da Documentação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/ USP). Bolsista FAPESP, processo n. 2010/03200-2.
2. Prof^ª Dr^ª do Curso de Graduação de Ciências da Informação e da Documentação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/ USP). Professora colaboradora do Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). CNPQ.

memória e arquivo no âmbito da Análise do Discurso de matriz francesa, procuramos investigar como os sentidos não são fixos, mas passíveis de deslocamentos e reinscrevem-se de modo sempre plural definidos pelas condições de produção sócio-históricas.

Palavras-chave: *Análise do Discurso; memória; arquivo; ditadura militar.*

Introdução

Este artigo visa construir um estudo sobre o discurso de três capas dos jornais *Cobra de Vidro*, *Jornal do Opinião* e o *Boletim do Movimento Feminino pela Anistia “Maria Quitéria”* que tratam sobre a anistia na ditadura militar brasileira em fins dos anos 70. Com o embasamento teórico da Análise do Discurso de matriz francesa, que concebe a linguagem e os sentidos como não transparentes, iremos discutir as noções de sujeito, memória e arquivo discursivo, que serão mobilizadas para a análise dos dados desse trabalho. Para tanto, inicialmente discutiremos a teoria da Análise do Discurso (AD) e refletiremos sobre a memória e o arquivo discursivo. Depois, discutiremos brevemente o jornalismo alternativo no contexto da ditadura militar, seguido pela análise discursiva dos dados coletados e encerraremos com as considerações finais.

2. Análise do Discurso: a teoria de Pêcheux

Para compreender o funcionamento do discurso, a AD francesa utiliza mecanismos discursivos tais como a noção de sujeito, que não é o empírico, o quantificável, mas o sujeito portador de uma posição discursiva, interpelado pela ideologia e inserido em dado contexto sócio-histórico. O sujeito que, embora tenha a ilusão de ser homogêneo, é heterogêneo, pois é construído por múltiplas e diferentes vozes. Para Pacífico e Romão (2008) o sujeito estudado pela AD é “esfacelado, crivado e tão heterogêneo que seus conflitos e contradições emergem na linguagem como indícios da posição que ele ocupa e do modo

como a ideologia o interpela em sujeito de seu discurso”. (PACÍFICO; ROMÃO, 2008: 236)

Tendo a ilusão de ser homogêneo, o sujeito tem a ilusão de ser origem de seu dizer, como se as palavras surgissem dele no momento da fala, esquecendo-se da rede de já-ditos que compõem todo o dizer. Tal ilusão é denominada de esquecimento de número 1, também conhecida como esquecimento ideológico, em que o sujeito imagina ser o produtor de seu dizer “quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes.” (ORLANDI, 2005: 35). Já o esquecimento número 2 pertence à ordem da enunciação, em que o sujeito seleciona no interior da formação discursiva ao qual se filia, “formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.” (PÊCHEUX, 1997: 173).

A escolha das palavras pelo sujeito, ao dirigir-se a alguém, recebe influência da imagem que o sujeito-locutor tem de seu interlocutor. Ao projetar essa imagem, o sujeito-locutor tenta prever a resposta do sujeito-destinatário num exercício de antecipação, em que o sujeito emissor se projeta no lugar de seu receptor de modo a antecipar o efeito que suas palavras terão no entendimento do outro. Para Orlandi (2005), “esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor” (ORLANDI, 2005: 39). Portanto, o mecanismo da antecipação permite ao locutor moldar seu discurso conforme o impacto que deseja infligir ao seu interlocutor, pois o emissor coloca-se no lugar do receptor, na tentativa de antecipar suas reações. Com isso, imaginando como seu ouvinte irá se comportar ao receber suas palavras, o locutor pode tomar decisões que envolvem desde o encaminhamento do discurso a uma ou outra direção, no que tange, por exemplo, à escolha do tema a ser abordado numa discussão, até a seleção das palavras a serem utilizadas, numa tentativa de prever e antecipar a resposta de seu interlocutor. Por exemplo, quando se fala de morte a uma criança, o sujeito geralmente escolhe palavras de pouco complexidade e direciona o discurso de forma a amenizar o impacto da perda, pois

antecipa a reação da criança, imaginando que, se disser e abordar o tema do mesmo modo e com a mesma complexidade que se fala a um adulto, a criança pode ficar traumatizada. Do mesmo modo, um policial pode preencher a ficha de um acusado antecipando a reação do chefe de polícia ou de algum superior que o lerá, podendo contribuir para suavizar ou agravar a situação do detido conforme as palavras utilizadas e o direcionamento do tema abordado.

Em outras palavras, o exercício da antecipação não é influenciado somente pelas posições do sujeito interlocutor e locutor, mas também é caracterizado pelo tipo de interlocução e de discurso estabelecidos. Os movimentos de o sujeito dizer e antecipar sentidos tem relação com o acesso que eles têm ao interdiscurso, considerado como o conjunto de sentidos já atribuídos às palavras em outros contextos sociais, de já-ditos, de tudo aquilo que já foi falado antes, que constitui a voz do sujeito no discurso, visto que possibilita que ele tome a palavra e formule seu dizer. Na esteira da memória discursiva, o interdiscurso viabiliza o dizer na medida em que compõe o repertório do sujeito para este poder enunciar. Mariani explica que o interdiscurso caracteriza o conjunto dos vestígios discursivos, oriundos de deslocamentos, antagonismos e alianças entre formações discursivas, “que vão caracterizar, em termos da materialidade lingüística, o sentido das seqüências que se repetem, bem como os sentidos legitimados que podem intervir.” (MARIANI, 1998: 43).

A memória discursiva é um dispositivo discursivo que sustenta a voz do sujeito, atuando como um material que dá coerência ao conjunto de já-ditos, que disponibiliza sentidos para que o sujeito possa recuperar o já-lá, dado que esta é ampla e constitutiva do dizer. A memória, em sua amplitude, é condição do dizível e o interdiscurso sinaliza os sentidos aos quais os sujeitos tiveram acesso. Para Maldidier (2003: 51), “o interdiscurso designa o espaço discursivo ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição”. Na Análise do Discurso francesa, a memória não deve ser entendida no sentido psicologista da memória individual, mas sim nos sentidos “entrecruzados da

memória mítica, da memória social, inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999: 50). A influência de sentidos concebidos como naturais, contribui para a preservação de uma interpretação que avalize a história oficial. Interpelado pela ideologia, o sujeito-historiador percebe um documento a partir de pré-construídos, legitimando e preservando a interpretação oficial. Para Mariani (1998) “haveria, neste caso, um colamento do historiador com uma memória já constituída: a teoria (...) se mantém a serviço da preservação do mesmo” (MARIANI, 1998: 37).

Atravessando a linguagem, a memória é o dispositivo que embasa todo dizer, sendo necessário que as palavras tenham feito sentido antes, para que façam sentido no momento do enunciado. A memória discursiva é também apresentada como “memória do enunciado” (FOUCAULT, 1995), em que os enunciados produzem efeitos de memória no discurso. E por esta condição constitutiva, nem sempre os traços da memória podem ser localizáveis no texto, pois as vozes se entrelaçam a tal ponto que os fios dos dizeres não se deixam ver na trama discursiva. Espaço de retomadas e deslocamentos, a memória não é transparente, mas sim opaca e passível de regularizações, através das paráfrases e repetições ou de desregularizações e rupturas, por meio de acontecimentos novos que perturbam a rede dos sentidos já estabelecidos, como afirma Pêcheux nos seguintes termos:

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: um jogo de força que visa manter a uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (PÊCHEUX, 1999: 53)

Com isto, face à leitura de um dizer, a memória atua restabelecendo os implícitos, de forma a repetir ou romper os sentidos já sedimentados, abrindo espaço para a metáfora (Ibidem, 1999). A memória discursiva relaciona-se com o interdiscurso, porém, tais conceitos não podem ser entendidos como equivalentes, pois enquanto o

interdiscurso diz respeito ao conjunto de dizeres proferidos “antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001: 59), a memória é o que viabiliza a compreensão dos gestos de interpretação, atuando como espaço de coerência entre sentidos. Segundo Cazarin e Celada (2007:4), é a memória discursiva que “possibilita compreender gestos de interpretação de diferentes posições de sujeito e aí joga o seu papel com relação a seu potencial espaço de coerência. Isto coloca em xeque uma relação de equivalência entre memória discursiva e interdiscurso”. Em outras palavras, é a memória que permite o acesso ao interdiscurso, pois é nela que ocorre a interpretação dos signos, viabilizando o contato com o já-dito. Para Romão e Pacífico (2006b: 1), “sob a ação da memória discursiva ocorre a interpretação dos signos, possibilitando ao leitor o acesso ao interdiscurso”, considerando-se que o interdiscurso “só será significado por um leitor que tenha a acesso à memória”.

Embora, em alguns casos, confundidos como termos com significados semelhantes, memória discursiva e interdiscurso constituem conceitos com nuances diferentes, dado que para alcançar esse último, é necessário ter acesso ao primeiro. Dito de outra forma, para se ter contato com a interdiscursividade, pressupõe-se que o sujeito já caminhou pelos campos da memória discursiva. Um outro mecanismo da AD que se relaciona ao interdiscurso é a noção de arquivo discursivo que, para Pêcheux, é “entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997: 57). Tais documentos não se referem aqui como materiais físicos, mas como conjunto de dizeres retomados do/no interdiscurso, configurando no repertório, na base que sustenta a memória e viabiliza a leitura. Para Romão e Pacífico (2006a: 20), tendo como pressuposto que “todo dizer se filia a uma rede de memória e de que os sentidos e os sujeitos se constituem a partir de recortes de certas zonas do interdiscurso, acreditamos que o ato de ler e de escrever seja sustentado pelo arquivo”. Dessa maneira, o arquivo pode ser considerado como fonte porque é a esse conjunto de saberes que o sujeito recorre para poder enunciar. Com isso, pode se dizer que o arquivo discursivo embasa o dizer,

sendo um repositório de sentidos regulado pela memória, que seleciona o que permanece ou não arquivado. A memória, afetada pela regularização e desregularização acionada pela absorção dos acontecimentos que irrompem, escolhe quais sentidos devem ser lembrados ou esquecidos.

O arquivo discursivo não se refere ao objeto material, tampouco é passível de ordenação cronológica e espacial, labora no plano da linguagem, configurando-se no conjunto de tudo o que já tenha sido falado ao/pelo sujeito e que se condensa em um campo sobre dada questão. O arquivo relaciona-se à memória institucionalizada, já que atua como repositório de sentidos (PACÍFICO; ROMÃO, 2008). Para Maingueneau (1991), o arquivo pode ser considerado como “fonte, princípio, poder – lugar de autoridade com função de memória” (LUCAS, 2000: 44), dado que é preciso que algo tenha sido dito antes, formando um repertório, uma base, para que o sujeito possa enunciar. E é esse arquivo, esse conjunto de saberes, é o que confere poder, fundamentando o discurso. A memória discursiva é a noção que sustenta o conceito de arquivo, constituindo-se nos sentidos já sedimentados. Em outras palavras, é a memória discursiva que sustenta os dizeres sobre um determinado tema ou campo, podendo ser atualizada ou simplesmente desmanchada face ao “aparecimento de uma outra série até então não-constituída.” (FERNANDES; SANTOS, 2008: 280). O arquivo trabalha como “repositório dos sentidos” (FERREIRA, 2008: 22) na memória discursiva, “alternando um movimento necessário que vai oscilar entre presença e ausência, entre lembrança e esquecimento” (ibid.: 22). Consideramos o discurso, tal como Pêcheux (1997) propôs, como efeito de sentido entre interlocutores, sendo a memória e o arquivo as bases de sua construção, sinais que instalam a opacidade, a incompletude e a equivocidade dos atos de linguagem e do que deles pode ser retido. Foucault (2005: 146-147) entende o arquivo como um conjunto de enunciados já proferidos anteriormente e que compõem as regras do que pode ser dito. Marandin (1979) reformula o conceito de arquivo concebido por Foucault e acrescenta a idéia de heterogeneidade de enunciados, marcando que o conjunto de

dizeres que compõe o arquivo não se trata de um bloco homogêneo, mas sim de um espaço aberto à contribuições de diversas formações discursivas.

O conjunto de enunciados constitui o arquivo de uma época. Este conjunto não é a coleção de um espaço homogêneo (o espírito de uma época, um estado de cultura ou de civilização), de tudo que foi dito, de tudo o que se diz, mas um conjunto de regiões heterogêneas de enunciados produzidos por práticas discursivas irreduzíveis. (MARANDIN, 1979: 48)

Concebendo o arquivo no âmbito do discurso, propomos a seguir uma reflexão sobre o modo como os jornais alternativos no contexto da ditadura militar sustentaram a produção histórica de sentidos sobre a anistia, especialmente para procedermos a análise discursiva de capas de jornais e revistas alternativos que circularam no período.

3. O jornalismo alternativo na ditadura militar e análise discursiva dos dados

Os jornais alternativos tiveram seu apogeu nos anos entre 1964 e 1980, período que abrange a ditadura militar no Brasil. Nesse período, abriram e fecharam, aproximadamente, 150 jornais alternativos, também denominados de imprensa nanica ou independente. Esse tipo de imprensa surgiu como “forma de resistência à tentativa de controle cultural empreendida pelos governos ditatoriais” (KLEIN, 2007: 1).

Muitos dos jornais independentes que circularam durante o regime ditatorial reuniam tendências desde discussões político-intelectuais à manifestações descompromissadas de humor, tendo em comum a resistência à ditadura (CADERNOS DE COMUNICAÇÃO, 2005: 8). Dentre os jornais mais reconhecidos desse momento histórico, em especial do período mais rígido do governo autoritário que abrange os anos de 1968 e 1973) estão o Pasquim (1968), Opinião (1972), O Bondinho (1970), EX (1973), Jornal de Debates (1973), Politika

(1973), entre outros. Esse tipo de imprensa não tinha a pretensão de substituir os grandes jornais, dada a falta de estrutura administrativa e financeira para concorrer com a grande imprensa. Mas visava ser um espaço de contestação frente a censura e as arbitrariedades do governo, dizendo o contrário, completando ou preenchendo as lacunas do não-dito das matérias publicadas na imprensa majoritária. Por conta disso e por falta de recursos financeiros, muitos jornais alternativos tiveram vida curta, sendo censurados e/ou fechados depois de poucas edições publicadas.

Entretanto, o peso da censura e da repressão não intimidavam o jornalismo independente, tanto o é que o período foi farto no que tange ao aparecimento de periódicos alternativos. Em resposta ao cerceamento à informação imposta pelo governo autoritário, alguns grupos encontram na imprensa alternativa um meio de burlar o controle ditatorial. Conforme afirma Klein, diante das arbitrariedades do governo da ditadura militar, “surge uma nova rede de movimentos sociais, forjada sobretudo a partir de uma esquerda cristã, os sindicatos criam suas centrais nacionais e grupos de intelectuais, militantes políticos e jornalistas (...) dão vida à imprensa alternativa (...)” (KLEIN, 2007: 2). Atuando como espaço de resistência e enfrentando o cerceamento do dizer, o jornal alternativo permitiu que outros sentidos, que não veiculados pela imprensa majoritária e pelos órgãos do governo, pudessem emergir e inscrever-se na memória. Tendo por pressuposto que o discurso jornalístico constrói memória (MARIANI, 1993, apud KLEIN, 2007), ao dificultar que certos dizeres circulem, alguns sentidos não conseguem adentrarem-se na instância do já-dito. E não é porque os sentidos não constam na memória que significa que eles nunca existiram. Isso é devido ao trabalho da censura, que “funciona não em nível de informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos (...). Ela impede o trabalho histórico do sentido. (ORLANDI, 2007: 107).

Reduto da contestação, a imprensa alternativa coloca em pauta temas como a necessidade da anistia, do valor e do direito à liberdade e do movimento operário. Nos dados que se seguem, iremos flagrar como língua e exterioridade se constituem mutuamente. Vejamos a

Capa 1 selecionada para análise.



Figura 1 – Jornal de alunos das Escolas Isoladas “Cobra de Vidro”, março de 1978, Fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-130-5286, APESP.³

Na **Capa 1**, logo abaixo do título “Cobra de vidro”, destaca-se uma frase em que se lê: “*E o povo jura que a cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz.*” Tal frase nos remete à peça escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra denominada “Calabar – o elogio à traição”, de 1973, no trecho que diz:

Um dia este país há de ser independente. Dos holandeses, dos espanhóis, portugueses... Um dia todos os países poderão ser independentes, seja lá do que for. Mas isso requer muito traidor. Muito Calabar. E não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar não morre. Calabar é cobra de vidro. E o povo jura que cobra de vidro é uma espécie de lagarto

3. In: APESP, Exposição da anistia: Bibliografia. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/bibliografia.html>. Acessado em 20 de setembro de 2009.

que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente se refaz.⁴
(BUARQUE, GUERRA, 1973 apud MARTINS, 2004: 14)

Assim, *Cobra de vidro* como título do periódico atualiza certos sentidos já colocados em movimento na/pela música de Chico Buarque “*Cobra de Vidro*”, de 1972. Percebe-se que esse nome ancora-se em uma região da memória discursiva, onde os sentidos de resistência ao regime militar estavam postos e produzindo a inscrição da história na língua. Dessa maneira, a cobra de vidro – lagarto que perde a cauda para fugir de predadores, voltando a crescer novamente – é metaforizada e ressignificada no contexto do regime arbitrário. Por ser um jornal alternativo, com exemplar apreendido pelo DEOPS e elaborado por alunos das Escolas Isoladas, infere-se que as vozes que ecoavam no jornal “*Cobra de vidro*” pertenciam, então, ao lado da resistência da ditadura, e mesmo que esta tentasse calar as vozes, os sujeitos, como cobras de vidro, resistiram e persistiram na luta contra a arbitrariedade, o abuso de poder, a tortura e a violência de Estado. Nota-se, então, que o nome do jornal refere-se a diferentes sentidos, mas o dominante é direcionado pelo contexto, ou seja, o efeito da resistência.

O fundo preto também traz significações, produzindo sentidos de seriedade, luto, gravidade e também de contraste, fazendo com que a figura e os dizeres em branco se destaquem; contudo, a cor preta também remete a sentidos marginais, remontando à cor do conservadorismo. Como afirma Orlandi (2005: 29), “se a observarmos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política”. As marcas linguísticas “renasce”, “mudança”, “reformas” e “libertação” implicam efeitos de mudança, de desejo de modificar, de alterar a situação vigente em favor de uma nova que apraz as vozes pertencentes à formação discursiva à qual o jornal filia-se na linguagem. A chamada “*Renasce a luta operária*” recupera, pela memória discursiva, as greves anteriores a de 1978, marcando que a luta operária não apareceu

4. Texto encaminhado ao Serviço de Censura e Diversões Públicas. Arquivo Nacional/DF, proc. 316, livro 1 / reg. 2.079-NA/DF Apud ALENCAR, Sandra Siebra. *A Censura versus o Teatro de Chico Buarque de Hollanda, 1968-1978*. Acervo. Rio de Janeiro. V. 15, n.º 2, p. 101-114. jul/dez 2002.

naquele instante, mas foi retomado do passado; isso aponta o mesmo renascimento e capacidade de regeneração que a cobra de vidro possibilita na lenda já apresentada. A figura que ilustra a capa do jornal reflete o cruzamento do discurso do operário com o da arte, o que revela a heterogeneidade discursiva que compõe o quadro. Verifica-se aqui um retorno a sentidos já falados antes sobre a escultura de Auguste Rodin (1840-1917), denominada “O pensador”, recuperada e ressignificada aqui, visto que o sujeito veste-a com adereços próprios do trabalho operário (capacete e chave de fenda).

Com isso, percebe-se que o metalúrgico é imaginarizado não apenas como mão-de-obra braçal na fábrica, mas na posição de pensador, de indagador, de quem executa o trabalho intelectual. O operário aqui representado produz efeito de reflexão sobre a sua condição, sobre seus direitos, e não é falado apenas como um operador mecânico no “chão de fábrica”. O capacete, o macacão, as luvas e a ferramenta em punho constituem símbolos que remetem à formação discursiva dominante sobre o operário; aqui todos estes elementos encontram-se reposicionados e são mobilizados para o exercício do pensar, do indagar, ou seja, do fazer o trabalho crítico e político. Além disso, os pés descalços inscrevem efeitos de humildade, simplicidade, pobreza, o que remonta à origem humilde desses trabalhadores.

A seguir, a segunda figura refere-se à capa do “Jornal do Opinião”, publicado em 06 de agosto de 1979. Percebe-se que a palavra “opinião” remete ao que, na época, era tido como proibido em dois movimentos. Primeiro sinaliza ser jornal parte do dizer de um grupo de teatro, segundo porque ter opinião, naquele contexto de arbitrariedades, é vetado, o que faz falar sentidos de protesto frente à ordem política em vigência. A palavra “ANISTIA” no canto inferior direito resgata, pela memória discursiva, não somente o banimento, a tortura de presos políticos, mas também a toda circunstância que resultaram nestas formas de repressão. A figura de um homem, despido de vestes, calvo e sem pelos, remete ao sentido de que não há mais nada a esconder e a se envergonhar, visto que está exposto, de frente e encarando o leitor com o olhar cansado da espera. Examinemos a

Capa 2.



Figura 2 – Jornal do Opinião, 06 de agosto de 1979. Fundo DEOPS, APESP.⁵

Ao mesmo tempo, esse corpo resiste, mesmo que magro, ele se sustenta em pé; mesmo atrás das grades, o sujeito persiste, segura nas barras de ferro e observa por entre as brechas, esperando sua liberdade, seu horizonte, sua voz recuperada pela Anistia. Tal figura remete ao contexto sócio-histórico em que a capa foi produzida, qual seja, a da Greve de Fome Nacional dos Presos Políticos pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, protesto que ocorreu no período entre 22 de julho a 22 de agosto de 1979. As grades da prisão, assim como o corpo esquelético do sujeito, remontam ao protesto à anistia parcial. Observa-se que, assim como a parcialidade da Anistia, o homem também aparece parcialmente iluminado, estando sua outra metade ainda imersa em sombras, obscuros e subterrâneos. Contudo, embora essa claridade seja parcial, é um feixe de luz e, como uma metáfora da esperança, representa a aposta no que pode ser. No desenho, há uma luz que

5. JORNAL do Opinião, 06 de agosto de 1979. Fundo DEOPS, APESP. In: APESP, Exposição da anistia: seleção de fontes. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/creditos.html>. Acessado em 20 de setembro de 2009.

emerge do fundo, o sol brilha com todas as suas representações de vida, calor, iluminação dentre outras possibilidades de interpretação.

Outro recorte selecionado para a nossa análise refere-se ao *Boletim do Movimento Feminino pela Anistia “Maria Quitéria”*, de 02 de novembro de 1978.



Figura 3 – Coletim do Movimento Feminino pela Anistia, 02 de novembro de 1978. Fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-130-5192, APESP ⁶

Na **Capa 3** acima destacada, observa-se que o nome do Boletim atualiza a memória das lutas de independência do Brasil, já que Maria Quitéria de Jesus foi uma heroína militar e, ao lado dos homens, lutou na Guerra de Independência do Brasil. Por ser mulher, guerreira na luta por um Brasil livre, o nome “*Maria Quitéria*” dialoga tanto com a imagem que ilustra o boletim, quanto com a identidade do movimento feminista, que é a de lutar pela igualdade de direitos no país. Fundado

6. In: APESP, Exposição da anistia: seleção de fontes. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/fontes.html>. Acessado em 20 de setembro de 2009.

em maio de 1975, o Movimento Feminista Pela Anistia (MFPA) queria a união do Brasil inteiro na luta pela anistia, referenciando, como um de seus argumentos, a tradição de anistias presentes na história do Brasil. Segundo o manifesto

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da Nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a ideia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação (ZERBINE, 1979: 27 apud RODGHERO, 2009: 3).

Esse retorno a sentidos já falados antes sustenta a argumentação acima, cuja fundamentação produz a inscrição histórica dos sentidos sobre o nome escolhido para batizar o boletim, remontando aos sentidos de violência do período da escravidão brasileira e combinando-os aos daquele momento de ditadura. Nota-se que as correntes de prisão/escravidão estão rompidas, quebradas, fazendo falar efeitos de liberdade e ao mesmo tempo de memória, quais sejam, a anistia e o passado da escravidão, as amarras da ditadura, da tortura e da prisão e aquelas sofridas pelos escravos. O papel sendo desenrolado sinaliza o que está por vir ou mesmo o que se anseia que venha, que é a Nova Constituição do Brasil, remontando a sentidos que, somente depois de quebrar as correntes do passado, podem ser passados a limpo abrindo espaço para uma nova fase. Nota-se que a palavra “nova” mobiliza a memória de que existe uma constituição em vigor, a velha; contudo, esta já não serve mais, dado que a folha que se desenrola marca a sua atualização.

Pode-se afirmar que o título “Por uma constituinte” dialoga com os dizeres da folha que se desenrola, ou seja, o artigo indefinido “uma” reflete a necessidade não de “a” constituinte, mas de ao menos “uma”. Aliado à palavra “constituinte”, a composição aciona a memória de que

não existe uma corte capaz de alterar a constituição do país, daí a sua necessidade para fazer uma nova carta magna brasileira. A ausência de uma constituinte remonta à memória do governo autoritário, em que a discussão e a proposição de leis não se efetuam por meio de legisladores eleitos pelo povo, mas são impostas leis pelo executivo. Observa-se também que “Nova Constituição do Brasil” está grafada com letra cursiva, numa referência à constituição feita pelo próprio punho dos brasileiros, e não por terceiros a fariam com o recurso da máquina de escrever.

Considerações finais

Através da análise do nosso corpus, percebemos como a memória e arquivo discursivo, em dado contexto sócio-histórico, inscrevem-se na discursividade e sustentam a produção de sentidos, indicando o tenso caminho de interpenetração entre a história e a língua. O contato com o tema da anistia e com a abordagem da teoria discursiva colocou-nos frente a frente com equívocos cometidos no passado, a ditadura e os efeitos de aniquilamento do debate, da polissemia, do discurso polêmico. Do percurso feito, restou-nos a esperança de que efeitos de um período tão obscuro não sejam novamente trilhados. Contudo, não foi somente sobre/com as falhas, os furos, os equívocos e as impossibilidades que a história do Brasil, em especial à época do regime militar, foi estruturada, mas também de acertos, de enfrentamentos, de arriscadas e de rupturas, todos desdobrados em diversas formas de resistência ao arbítrio, na linguagem e no ato. Foram vozes destemidas, ansiosas por novo horizonte, inscritas na ordem das apostas que produziram brechas de luz resistindo à escuridão, que lutaram pelo que temos hoje.

Enviado em: janeiro de 2011

Aceito em: abril de 2011

francidusp@hotmail.com

luciliamsr@uol.com.br

Referências bibliográficas

CADERNOS de Comunicação (Série Memória 13). **Imprensa alternativa:** Apogeu, Queda e Novos Caminhos. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social/Prefeitura do Rio, 2005.

CARNEIRO, M. L. T. **Os arquivos da polícia política brasileira:** uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. Proin: Projeto integrado – Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acessado em 27 de julho de 2009.

CAZARIN, E. A. ; CELADA, M. T. Interdiscurso, pré-construído, discurso transverso e memória. In: **III Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre, v. 01. p. 01-05, 2007.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. A imagem como enunciado operador de memória. In: ROMÃO, L. M. S., GASPAR, Nádea Regina (Org.). **Discurso midiático:** sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro e João, 2008.

FERREIRA, M. C. L. A ciranda dos sentidos. In: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs). **Discurso e texto:** multiplicidade de sentidos na ciência da informação. São Carlos: Edufscar, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2005.

GRECO, H. A. Dimensões fundacionais da luta pela anistia. Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História da FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2003. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes.* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

KLEIN, E. J. C. Jornalismo alternativo: quando um modo de dizer e fazer é resistência. In: XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2007, Pelotas/RS. *Resumos e trabalhos completos Celacom*,

2007. v. 11. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/6/63/GT1-_05-_Jornalismo_alternativo-_Eloisa.pdf. Acesso em 16 out. 2010.

LUCAS, C. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas: Ed.Unicamp, 2000.

MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MARANDIN, J. –M. *Problèmes d analyse du discours* Essais de description du discours français sur la Chine, in Langages, n° 55, 1979.

MARIANI, B. S. C. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

MARTINS, C. A. Tempos de intolerância: Chico conta Calabar. Revista de História e Estudos Culturais, n° 1, out/nov./dez., 2004. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/pdf/Artigo%20Christian%20Alves%20Martins.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Arquivo e interdiscurso: o movimento de sustentação e ruptura no gesto de interpretação. In: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. (Orgs). *Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na ciência da informação*. São Carlos: Edufscar, 2008.

PAYER, M. O. A língua como lugar de memória. In: V Seminário Memória, ciência e arte. Razão e Sensibilidade na produção do conhecimento. Campinas, Anais, 2007. Disponível em:

<http://www.preac.unicamp.br/memoria/textos/M.%20Onice%20Payer%20-%20completo.pdf>. Acesso em: 16 set. 2009.

PECHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

RODGERO, C. S. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, 13 (2), Maio/Agosto, pp. 131-139, 2009. Disponível em:

http://www.unisinos.br/publicacoes/cientificas/images/stories/pdfs_historia/V13n2/art03_rodgero.pdf. Acesso em: 20 nov. 2009.

RODRIGUEZ, C. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, E. P. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 2003.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. *Era uma vez uma outra história: leitura e interpretação na sala de aula*. São Paulo: DCL, 2006a.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. Da notícia ao discurso jornalístico: a tentativa de silenciar a heterogeneidade. Verso e Inverso: Revista da comunicação, n. 44, 2006b. Disponível em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=8&s=9&a=71>. Acesso em: 16 set. 2009.

ZERBINE, T. *Anistia: a semente da liberdade*. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 2009.